



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

11/11/2014



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. EVENTOS.....	1
1.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	2 - 3
2. JORNAL EXTRA	
2.1. ORÇAMENTO.....	4
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. CORREGEDOR (A).....	5
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	6 - 7
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. DECISÕES.....	8
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. DECISÕES.....	9
6.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	10
6.3. ORÇAMENTO.....	11 - 12
6.4. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	13 - 15

Judiciário vai apresentar a sua arte

Vem aí a 7ª edição do ESMAM Cultural. O evento será aberto ao público nesta sexta-feira, 14, a partir das 18h, no Teatro João do Vale, na Praia Grande, com entrada gratuita. A promoção é da Escola Superior da Magistratura do Maranhão, que vai apresentar a mais recente produção artística de magistrados e servidores do Judiciário maranhense.

Roseana Sarney destaca avanços do Comitê de Gestão Integrada

Em reunião realizada ontem no Palácio dos Leões, a governadora fez um balanço dos resultados do Comitê do Plano de Pacificação das Prisões em São Luís, destacando os novos presídios construídos pelo governo, como o da cidade de Coroatá

A governadora Roseana Sarney apresentou um balanço dos resultados alcançados pelo Comitê de Gestão Integrada do Plano de Pacificação das Prisões em São Luís, em reunião realizada na tarde de ontem, no Palácio dos Leões. Participaram do encontro secretários de Estado e representantes dos poderes Legislativo e Judiciário, das polícias Civil e Militar, Tribunal de Justiça, Procuradoria Geral de Justiça, Defensoria Pública, Procuradoria da República do Maranhão e Ministério da Justiça, entre outras instituições.

"Todos trabalhamos intensamente para alcançar os resultados almejados, conforme nós planejamos. Os avanços são muitos. Destaco aqui, por exemplo, os presídios já construídos, como é o caso do erguido em Coroatá, já em funcionamento e com capacidade para 221 presos, recebendo detentos que cumprem pena nas comarcas da região. Há ainda o presídio São Luís III, construído na localidade Maruaí, zona rural de São Luís, com 479 vagas, no regime fechado, para presos provisórios sentenciados. Vamos entregar ainda os presídios de Timon e Imperatriz", relatou Roseana Sarney, que preside o Comitê.

Avaliação - No encontro, que teve como pauta principal a avaliação das ações colocadas em prática e a apresentação das medidas que nortearão a continuidade da força-tarefa com o objetivo de pacificar as prisões no estado, a governadora pediu a manutenção do ritmo de trabalho. Ela ressaltou, ainda, que espera do próximo governante a continuidade das ações, afim de que o processo não seja interrompido. A governadora enumerou outros avanços, como a criação do Serviço de Inteligência Prisional, a transferência de presos, as capacitações dos profissionais, reformas e ampliações de unidades prisionais, bem como o monitoramento eletrônico e os 42 novos veículos adquiridos pelo Estado, entre outros ganhos.

Sistema de triagem - O secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Paulo Rodrigues da Costa, citou a reestruturação do sistema de triagem e informou que, de julho até o mês de agosto, 436 presos passaram pela triagem na Penitenciária de Pedrinhas.

"Atualmente, já observamos que a situação está mais tranquila e isso facilita bastante o nosso trabalho", frisou o secretário. Seguindo o secretário executivo do Comitê, Thiago de Sousa Castro, o Maranhão está conseguindo a reconstrução de sua rede penitenciária. Ele salientou, entre outros pontos, o trabalho desenvolvido na Ouvidoria de Custódia, que funciona na Central de Inquérito. Lembrou ainda da aquisição das tomazeleiras eletrônicas, as quais representam um ganho significativo.

Presentes a defensora geral do Estado, Mariana Albano; o juiz Fernando Mendonça, representando o Tribunal de Justiça; a procuradora geral do Estado, Helena Haickel; a secretária da Mulher, Catharina Bacelar; a delegada geral da Polícia Civil, Cristina Menezes; o inspetor da Polícia Rodoviária Federal, Antônio Norberto, entre outras autoridades.

Algumas medidas já adotadas

- Convocação** de 11 novos defensores públicos estaduais
- Entrega** de duas novas unidades prisionais, localizadas em São Luís e Coroatá, com 737 novas vagas ao todo
- Reforma** e ampliação de quatro unidades prisionais no interior, que abrirão mais 564 vagas
- Criação** de Central de Alvarás
- Criação** da Escola de Gestão Penitenciária
- Criação** do Serviço de Inteligên-

- Realização** de Mutirão da Força Nacional da Defensoria Pública
- Inauguração** do Núcleo de Atendimento aos Familiares dos Presos
- Monitoramento** eletrônico
- Audiência** por videomonitoramento
- Audiência** de Custódia
- Implantação** do Núcleo de Identificação Civil e Criminal
- Capacitação** para servidores

Antônio Martins



Governadora Roseana Sarney presidiu ontem a reunião do Comitê de Gestão Integrada no palácio

TJMA solicita orçamento para pagar reposição a servidores

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) solicitou ao Executivo Estadual, nesta segunda-feira (10), a liberação do orçamento necessário ao cumprimento da reposição salarial de 4,3% aos servidores do Poder Judiciário.

Em ofício encaminhado ao secretário de Planejamento e Orçamento do Estado, João Bernardo Bringel, a vice-presidente do TJMA, Anildes

Cruz, informa a promulgação da Lei nº 10.156/14, que garante a reposição de 4,3% aos servidores em geral e justifica o pedido “em razão da inexistência de previsão orçamentária” para a referida despesa.

Segundo informações da Diretoria Financeira do Tribunal, o montante necessário para a implantação do reajuste, é de R\$ 18.897.110,44, valor que inclui a gratificação natalina,

um terço das férias e os encargos patronais, no período de janeiro a dezembro de 2014.

PROJETO - A lei que dispõe sobre reajuste de 4,3% nos vencimentos dos cargos efetivos, estáveis e comissionados e funções gratificadas do quadro de pessoal do Poder Judiciário, com efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2014, resultou de anteprojeto aprovada por

unanimidade pelo Órgão Especial do TJMA em sessão administrativa de 18 de junho deste ano.

Naquela data, a relatora do processo, desembargadora Cleonice Freire, presidente do TJMA, considerou que a recomposição das perdas inflacionárias da remuneração dos servidores públicos é um direito previsto na Constituição Federal.

SANTA CATARINA

Nelma Sarney participa do Encontro Nacional do Judiciário

A corregedora da Justiça do Maranhão, desembargadora Nelma Sarney, participa nessa segunda e terça-feira (10 e 11) do Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Florianópolis (SC) pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Durante o evento, deverão ser definidas as novas metas do Judiciário brasileiro para o biênio 2015-2016. A corregedora está acompanhada de sua assessoria e deverá apresentar propostas a serem consideradas para o estabelecimento das metas e soluções de melhoria para o Judiciário nacional.

O encontro pretende debater com representantes de todos os tribunais do país as metas de produtividade, que na visão do CNJ estão relacionadas com a busca constante pela eficiência dos serviços judiciais. Como resultado dos trabalhos, são estipuladas metas para os tribunais em conformidade com o ramo da Justiça que atuam: eleitoral, federal, militar, trabalhista e estadual; este último é dividido entre tribunais de pequeno, médio e grande porte. Nesta

edição também será apresentado o resultado parcial das metas 2014, propostas de melhoria para o processo eletrônico e soluções para a grande demanda processual.

Uma das posições a serem defendidas pela corregedora Nelma Sarney é de que haja mais integração entre os órgãos do Sistema de Justiça, com destaque para Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil. Segundo ela, as metas constituem um importante instrumento de busca pela eficiência, mas acredita que é preciso repensar a forma como elas são definidas de maneira que possam contemplar um contexto social em que as instituições públicas devem assumir efetivamente suas responsabilidades.

"Precisamos seguir a lógica da melhoria constante, mas é preciso que se diga que tentativas isoladas por parte do Judiciário podem resultar em mais eficiência nos julgamentos, no entanto não atinge a dimensão e a difícil realidade que a população brasileira enfrenta atualmente. É chegada a hora de irmos além e discutir-



O encontro pretende debater as metas de produtividade do Judiciário

mos uma atuação integrada por parte do poder público, envolvendo todos os órgãos, a fim de que possamos promover melhorias na estrutura social. Do contrário, o Sistema de Justiça, em breve, possivelmente não terá capacidade de atender a uma demanda que cresce muito rapidamente", disse.

Nelma Sarney, que nesta semana ainda participa do Encontro de Corregedores de Justiça (Encoge), na cidade de Salvador,

lembrou que diante da crescente demanda processual, também é necessário o estabelecimento de uma política nacional de valorização de juízes e servidores. "Estamos vendo colegas adoecerem devido a alta carga de trabalho diário, grande parte das vezes a jornada que já é cansativa estende-se pela noite ou mesmo fins de semana", alertou a desembargadora, que também é presidente do Colégio Nacional de Corregedores.

AVALIAÇÃO

Força-tarefa da pacificação

Governadora apresenta balanço de ações do Comitê de Gestão Integrada e destaca a criação do Serviço de Inteligência Prisional, reformas e ampliações de unidades prisionais

O balanço dos resultados alcançados pelo Comitê de Gestão Integrada do Plano de Pacificação das Prisões em São Luís foi apresentado pela governadora Roseana Sarney, em reunião realizada, ontem, no Palácio dos Leões.

No encontro, que teve como pauta principal a avaliação das ações colocadas em prática e a apresentação das medidas que nortearão a continuidade da força-tarefa, com o objetivo de pacificar as prisões no estado, a governadora pediu a manutenção do ritmo de trabalho. Ela ressaltou, ainda, que espera do próximo governante a continuidade das ações, a fim de que o processo não seja interrompido.

A governadora enumerou outros avanços, como a criação do Serviço de Inteligência Prisional, a transferência de presos,



Governadora Roseana Sarney preside reunião do Comitê de Gestão Integrada e apresenta balanço da ações

as capacitações dos profissionais, reformas e ampliações de unidades prisionais, bem como o monitoramento eletrônico e os 42 novos veículos adquiridos pelo Estado, entre outros ganhos.

“Todos trabalhamos intensamente para alcançar os resultados almejados, conforme nós planejamos. Os avanços são muitos. Destaco aqui, por exemplo, os presídios já construídos, como é o caso do erguido em Coroatá, já em funcionamento e com capacidade para 221 presos, recebendo detentos que cumprem pena nas comarcas da região. Há ainda o presídio São Luís III, construído na localidade Maruaí, zona rural de São Luís, com 479 vagas, no regime fechado, para presos provisórios sentenciados. Vamos entregar ainda os presídios de Timon e Imperatriz”, relatou Roseana Sarney, que preside o Comitê.

Sistema de triagem

O secretário estadual de Justiça e Administração Penitenciária, Paulo Rodrigues da Costa, citou a reestruturação do sistema de triagem e informou que, de julho até o mês de agosto, 436 presos passaram pela triagem na Peni-

»» Encontro

Participaram do encontro secretários estaduais e representantes dos poderes Legislativo e Judiciário, das polícias Civil e Militar, Tribunal de Justiça, Procuradoria Geral de Justiça, Defensoria Pública, Procuradoria da República do Maranhão e Ministério da Justiça, entre outras instituições.

tenciária de Pedrinhas. “Atualmente, já observamos que a situação está mais tranquila e isso facilita bastante o nosso trabalho”, frisou o secretário.

Segundo o secretário executivo do Comitê, Thiago de Sousa Castro, o Maranhão está conseguindo a reconstrução de sua rede penitenciária. Ele salientou, entre outros pontos, o trabalho desenvolvido na Ouvidoria de Custódia, que funciona na Central de Inquérito. Lembrou ainda da aquisição das tornozeleiras eletrônicas, as quais representam um ganho significativo.

Presentes a defensora geral do Estado, Mariana Albano; o



Todos trabalhamos intensamente para alcançar os resultados almejados, conforme nós planejamos. Os avanços são muitos

Roseana Sarney, governadora

»» MEDIDAS ADOTADAS

Convocação de 11 novos defensores públicos estaduais
Entrega de duas novas unidades prisionais, localizadas em São Luís e Coroatá, com 737 novas vagas ao todo
Reforma e ampliação de quatro unidades prisionais no interior, que abrirão mais 564 vagas
Criação de Central de Alvarás
Criação da Escola de Gestão Penitenciária
Criação do Serviço de Inteligência Prisional
Realização de Mutirão da Força Nacional da Defensoria Pública
Inauguração do Núcleo de Atendimento aos Familiares dos Presos
Monitoramento eletrônico
Audiência por videomonitoramento
Audiência de Custódia
Implantação do Núcleo de Identificação Civil e Criminal
Capacitação para servidores
**Relação parcial das medidas adotadas*

juiz Fernando Mendonça, representando o Tribunal de Justiça; a procuradora geral do Estado, Helena Haickel; a secretária da Mulher, Catharina Bacelar; a

delegada-geral da Polícia Civil, Cristina Meneses; o inspetor da Polícia Rodoviária Federal, Antônio Norberto, entre outras autoridades.

Justiça determina construção de abrigo para crianças em Carolina

O município de Carolina tem o prazo de 180 dias para providenciar a construção de abrigo para crianças e adolescentes em situação de risco, com o mínimo de 30 vagas, seguindo as padronizações normativas e contratando corpo profissional apto, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil, conforme determinação do desembargador Marcelo Carvalho, que negou recurso do Município, mantendo sentença do juiz Marzurkiévicz Saraiva, da comarca de Carolina.

A decisão de primeira instância que antecipou os efeitos da tutela se deu em ação civil pública proposta pela Defensoria Pública Estadual contra o município de Carolina, com o entendimento de que o Município não dispensa a atenção devida às crianças e adolescentes em situação de risco, que ficam entregues à própria sorte em meio a maus tratos, abandono, drogas e servindo de ponte para a prática de atos infracionais.

A Defensoria alegou ser indispensável a criação de abrigo institucional para evitar o envio dessas crianças a outras cidades ou a per-

Ribamar Pinheiro



Desembargador Marcelo Carvalho não reconheceu no pedido os requisitos necessários para suspender a decisão

manência em lares inadequados.

O Município recorreu, alegando a incompetência do Poder Judiciário no controle externo das aplicações orçamentárias, de forma que não poderia compelir o Município a implementar e manter uma política de atendimento aos direitos de crianças e adolescentes, já que estaria interferindo indevidamente no Legislativo. Afirmou ainda que já mantém o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, e a

decisão acarretaria um grande desequilíbrio às contas municipais.

Direito fundamental - O desembargador Marcelo Carvalho não reconheceu no pedido os requisitos necessários para suspender a decisão, considerando que a matéria em questão envolve garantia fundamental referente à preservação da vida e à dignidade da pessoa humana, que admite exceções. Para ele, a regra destina-se a garantir direito absoluto e prioritário de crianças e adolescentes de ob-

terem proteção integral contra todas as formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O desembargador citou ainda normas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que asseguram a proteção integral das crianças, cabendo a todos os entes políticos promoverem os meios e instrumentos necessários para sua concretização – inclusive o atendimento em abrigos – independentemente de argumentações genéricas sobre indisponibilidade orçamentária.

Marcelo Carvalho afirmou ser possível ao Poder Judiciário determinar medidas excepcionais, sem que isso implique em interferência no Legislativo, quando verificada a completa ausência de formulação de políticas públicas para a proteção das crianças em situação de risco no município.

“A tutela jurisdicional para ser efetiva deve dar ao lesado resultado prático equivalente ao que obteria se a prestação fosse cumprida voluntariamente”, defendeu. (Processo:453962014). (Juliana Mendes – Asscom TJMA)

Justiça determina construção de abrigo para crianças em Carolina

O Município de Carolina tem o prazo de 180 dias para providenciar a construção de abrigo para crianças e adolescentes em situação de risco, com o mínimo de 30 vagas, seguindo as padronizações normativas e contratando corpo profissional apto, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil, conforme determinação do desembargador Marcelo Carvalho, que negou recurso do Município, mantendo sentença do juiz Marzurkiévicz Saraiva, da comarca de Carolina (a 847 km de São Luís).

A decisão de primeira instância que antecipou os efeitos da tutela se deu em ação civil pública proposta pela Defensoria Pública Estadual contra o município de Carolina, com o entendimento de que o Município não dispensa a atenção de-

vida às crianças e adolescentes em situação de risco, que ficam entregues à própria sorte em meio a maus tratos, abandono, drogas e servindo de ponte para a prática de atos infracionais.

A Defensoria alegou ser indispensável a criação de abrigo institucional para evitar o envio dessas crianças a outras cidades ou a permanência em lares inadequados.

O Município recorreu, alegando a incompetência do Poder Judiciário no controle externo das aplicações orçamentárias, de forma que não poderia compelir o Município a implementar e manter uma política de atendimento aos direitos de crianças e adolescentes, já que estaria interferindo indevidamente no Legislativo. Afirmou ainda que já mantém o Conselho Tutelar e

o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, e a decisão acarretaria um grande desequilíbrio às contas municipais.

DIREITO FUNDAMENTAL - O desembargador Marcelo Carvalho não reconheceu no pedido os requisitos necessários para suspender a decisão, considerando que a matéria em questão envolve garantia fundamental referente à preservação da vida e à dignidade da pessoa humana, que admite exceções. Para ele, a regra destina-se a garantir direito absoluto e prioritário de crianças e adolescentes de obterem proteção integral contra todas as formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O desembargador citou ainda normas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que

asseguram a proteção integral das crianças, cabendo a todos os entes políticos promoverem os meios e instrumentos necessários para sua concretização – inclusive o atendimento em abrigos – independentemente de argumentações genéricas sobre indisponibilidade orçamentária.

Marcelo Carvalho afirmou ser possível ao Poder Judiciário determinar medidas excepcionais, sem que isso implique em interferência no Legislativo, quando verificada a completa ausência de formulação de políticas públicas para a proteção das crianças em situação de risco no município.

“A tutela jurisdicional para ser efetiva deve dar ao lesado resultado prático equivalente ao que obteria se a prestação fosse cumprida voluntariamente”, defendeu. (Ascom TJMA)

Roseana apresenta balanço de ações do Comitê de Gestão Integrada

DIVULGAÇÃO

A governadora Roseana Sarney apresentou um balanço dos resultados alcançados pelo Comitê de Gestão Integrada do Plano de Pacificação das Prisões em São Luís, em reunião realizada na tarde desta segunda-feira (10), no Palácio dos Leões. Participaram do encontro secretários de Estado e representantes dos poderes Legislativo e Judiciário, das polícias Civil e Militar, Tribunal de Justiça, Procuradoria Geral de Justiça, Defensoria Pública, Procuradoria da República do Maranhão e Ministério da Justiça, entre outras instituições.

“Todos trabalhamos intensamente para alcançar os resultados almejados, conforme nós planejamos. Os avanços são muitos. Destaco aqui, por exemplo, os presídios já construídos, como é o caso do erguido em Coroatá, já em funcionamento e com capacidade para 221 presos, recebendo detentos que cumprem pena nas comarcas da região. Há ainda o presídio São Luís III, construído na localidade Maruaí, zona rural de São Luís, com 479 vagas, no regime fechado, para presos provisórios sentenciados. Vamos entregar ainda os presídios de Timon e Imperatriz”, relatou Roseana Sarney, que preside o Comitê.

No encontro, que teve como pauta principal a avaliação das ações colocadas em prática e a apresentação das medidas que nortearão a continuidade da força-tarefa com o objetivo de pacificar as prisões no estado, a governadora pediu a manutenção do ritmo de trabalho. Ela ressaltou, ainda, que espera do próxi-



A GOVERNADORA Roseana preside reunião do Comitê de Gestão Integrada

mo governante a continuidade das ações, afim de que o processo não seja interrompido.

A governadora enumerou outros avanços, como a criação do Serviço de Inteligência Prisional, a transferência de presos, as capacitações dos profissionais, reformas e ampliações de unidades prisionais, bem como o monitoramento eletrônico e os 42 novos veículos adquiridos pelo Estado, entre outros ganhos.

O secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Paulo Rodrigues da Costa, citou a reestruturação do sistema de triagem e informou que, de julho até o mês de agosto, 436 presos passaram pela triagem na Penitenciária de Pedrinhas. “Atualmente, já observamos que a situação está mais tranquila e isso facilita bastante o nosso tra-

balho”, frisou o secretário.

Segundo o secretário executivo do Comitê, Thiago de Sousa Castro, o Maranhão está conseguindo a reconstrução de sua rede penitenciária. Ele salientou, entre outros pontos, o trabalho desenvolvido na Ouvidoria de Custódia, que funciona na Central de Inquérito. Lembrou ainda da aquisição das tornozeleiras eletrônicas, as quais representam um ganho significativo.

Presentes a defensora geral do Estado, Mariana Albano; o juiz Fernando Mendonça, representando o Tribunal de Justiça; a procuradora geral do Estado, Helena Haickel; a secretária da Mulher, Catharina Bacelar; a delegada geral da Polícia Civil, Cristina Meneses; o inspetor da Polícia Rodoviária Federal, Antônio Norberto, entre outras autoridades.

TJMA pede orçamento para pagar reajuste a servidores

PÁGINA 2 [C1]

TJMA solicita orçamento para pagar reajuste a servidores

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) solicitou ao Executivo Estadual, nesta segunda-feira (10), a liberação do orçamento necessário ao cumprimento da reposição salarial de 4,3% aos servidores do Poder Judiciário.

Em ofício encaminhado ao secretário de Planejamento e Orçamento do Estado, João Bernardo Bringel, a vice-presidente do TJMA, Anildes Cruz, informa a promulgação da Lei nº 10.156/14, que garante a reposição de 4,3% aos servidores em geral e justifica o pedido "em razão da inexistência de previsão orçamentária" para a referida despesa.

Segundo informações da Diretoria Financeira do Tribunal, o montante necessário para a implantação do reajuste, é de R\$ 18.897.110,44, valor que inclui

a gratificação natalina, um terço das férias e os encargos patronais, no período de janeiro a dezembro de 2014.

Projeto - A lei que dispõe sobre reajuste de 4,3% nos vencimentos dos cargos efetivos, estáveis e comissionados e funções gratificadas do quadro de pessoal do Poder Judiciário, com efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2014, resultou de anteprojeto aprovada por unanimidade pelo Órgão Especial do TJMA em sessão administrativa de 18 de junho deste ano.

Naquela data, a relatora do processo, desembargadora Cleonice Freire, presidente do TJMA, considerou que a recomposição das perdas inflacionárias da remuneração dos servidores públicos é um direito previsto na Constituição Federal.



“Esse evento é um resgate para sensibilizar a sociedade. O resgate dos que estão envolvidos para ser parceiros, se aproximar mais do adolescente. Às vezes, a comunidade pouco se envolve com esse resgate”. As palavras são do juiz José dos Santos Costa, titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís. Ele se refere ao comportamento da comunidade em relação a jovens que cometeram infrações e que cumpriram ou cumprem medidas socioeducativas.

Semcas realiza audiência sobre ressocialização de adolescentes

A Prefeitura de São Luís, através da Secretaria da Criança e Assistência Social (Semcas), promove nesta terça-feira (11) a audiência comunitária “A importância da comunidade na construção da cidadania de adolescentes e jovens”, às 14h, na Associação das Obras Sociais Frei Antonio Simbaldi, no São Francisco. O evento é realizado em parceria com a 2ª Vara da Infância e da Juventude.

De acordo com a titular da Semcas, Andréia Lauande, a audiência permite uma reflexão mais aprofundada sobre os adolescentes oriundos de medida socioeducativa e o envolvimento da comunidade nesse processo de ressocialização. “É importante sensibilizarmos a comunidade para debater esse tema, pois a maioria deles sofre

com o preconceito, então é necessário esse envolvimento”, explicou a secretária.

Na semana que antecedeu a audiência, a Semcas desenvolveu três oficinas temáticas abordando a contribuição das famílias e lideranças comunitárias para o processo de ressocialização. Nesta terça-feira, serão apresentados os trabalhos em grupo desenvolvidos durante as oficinas sobre “Tráfico e segurança nas comunidades”, “Drogas e violência urbana” e “Discutindo sobre limites”.

O objetivo da audiência é fortalecer a convivência familiar e comunitária e sensibilizar a Rede Socioassistencial e lideranças desses territórios para a importância da comunidade na construção da cidadania de adolescentes e jovens.

Discutindo a questão

José dos Santos Costa, juiz titular da Vara da Infância e da Juventude de São Luís, estará abordando o delicado tema durante audiência pública promovida em parceria com a Promotoria da Infância e da Juventude, Centros de Referência e Assistência Social do centro e dos bairros de São Francisco e Liberdade, a se realizar hoje, na Associação das Obras Sociais Frei Antonio Sinibaldi, no São Francisco, enfocando “A importância da comunidade na construção da cidadania de adolescentes e jovens”. A secretaria municipal da Criança e da Assistência Social e o Ministério Público estão à frente da iniciativa.